

# RUPTURA



## PARAR O PAÍS PARA DEMITIR O GOVERNO



### Um exemplo de luta

Os estivadores estão em greve para defender os seus postos de trabalho e impedir que a precariedade domine os portos portugueses. Ao lado de outros trabalhadores e jovens, participam de todas as manifestações contra o governo, a troika e as medidas de austeridade.

PÁG. 5



### Greve geral ibérica

Os violentos ataques contra os direitos dos povos de Portugal e Espanha têm no dia 14 de novembro uma resposta à altura. A greve geral ibérica deve ser a primeira iniciativa unitária de uma luta que não pode parar até demitir os governos e anular os cortes.

PÁG. 6

### Uma receita falhada

Já ninguém fala em luz ao fundo do túnel a partir de 2013, como Passos Coelho dizia até há poucos meses, e são os próprios responsáveis pela situação, como o FMI, a admitir que “o excesso de austeridade agrava a recessão dos países em dificuldades”.

PÁG. 8

### Sem tréguas na Grécia

Nos dias 6 e 7 de novembro, os gregos realizaram a sua 20ª greve geral desde que a troika entrou no país. Desta vez contra o plano do governo de cortar 13,5 mil milhões de euros no Orçamento de 2013, às custas mais uma vez do salário, da saúde e da educação do povo.

PÁG. 10



Orávio Raposo

# Parar o país para demitir o governo!

Quando este jornal estiver a circular estaremos em vésperas da Greve Geral Ibérica e Europeia convocada para 14 de novembro. Esta é uma iniciativa importante e deve ser a primeira de outras formas de luta que unifiquem os trabalhadores europeus, em especial aqueles mais castigados pelas medidas de austeridade da troika (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia), como os gregos, os espanhóis e os portugueses.

Mas a nossa luta contra a troika e o governo de Passos Coelho/Paulo Portas não será resolvida por uma única greve geral. Prova disso dão os gregos, que já vão na 20ª greve geral desde que a troika interveio no seu país. Esta luta é muito dura e difícil porque nela está em jogo a manutenção ou destruição de conquistas históricas dos trabalhadores europeus no pós-Segunda Guerra Mundial e, no caso dos portugueses, no pós-25 de abril.

A burguesia europeia e o sistema financeiro estão a aproveitar-se da crise capitalista para nos retirarem esses direitos. E a nossa única alternativa é lutar - com todas as nossas forças - para impedir que isso aconteça. Nesse sentido, temos de destacar o exemplo dado pelos estivadores, cuja combatividade e busca de unidade mostram uma grande compreensão do que está realmente em jogo.

Apesar de a luta ser dura, ela tem demonstrado também que é possível obter vitórias. A gigantesca manifestação de 15 de setembro, a maior desde o 25 de abril, obrigou o governo a recuar na tentativa de fazer com que os trabalhadores financiassem parte da Taxa Social Única (TSU) devida pelos empresários. O governo também deu marcha atrás na tentativa de aumentar o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis). Mas, logo a seguir, apresentou o Orçamento para 2013, que constitui o maior roubo fiscal de que o país tem memória e cuja implementação nos conduzirá a mais pobreza, desemprego e destruição da nossa economia.

Se eles não nos dão tréguas nós também não lhes poderemos dar tréguas. Depois da Greve Geral, devemos organizar novas manifestações e uma nova greve geral, de preferência mais longa e ainda mais radicalizada que a de 14 de novembro. Enquanto o governo não for demitido, a troika expulsa de Portugal e o memorando rasgado, os trabalhadores e a juventude não poderão respirar de alívio. Eles não vão parar enquanto não os pararmos.

E não será o PS - cúmplice do PSD na aprovação das medidas de austeridade e na negociação que trouxe a troika a Portugal - a alternativa de que precisamos após a mais do que provável queda do governo, desacreditado, inclusive entre setores da burguesia, pelo fracasso dos seus orçamentos e planos de austeridade. Sabemos o que o PS quer e até onde vai: renegociar com a troika prazos e juros para continuar a pagar a dívida e continuar a destruir, como fez José Sócrates, os direitos sociais.

Precisamos de uma alternativa, um governo de esquerda que proponha uma nova saída para a crise, rompendo com o memorando e com a troika, repondo direitos e salários, renacionalizando a economia destruída pela recessão e pela fúria privatizadora dos governos PS/PSC-CDS-PP e investindo na sua reconstrução.

É hora do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português constituírem uma plataforma de esquerda que apresente uma saída ao país, aos seus trabalhadores e à sua juventude. Este é o principal desafio imposto à esquerda. A este desafio responderemos positivamente - na medida das nossas forças - , apresentando propostas, como a suspensão do pagamento da dívida seguida de auditoria, nacionalização da banca e das empresas estratégicas, e responsabilização criminal dos que roubaram e endividaram o país.

Todo o apoio à greve de 14 de novembro!  
Fora o governo e a troika!  
Por uma frente de esquerda que assegure as conquistas de Abril!

## ENTREVISTA ■

# O Estado português deve pedir desculpa aos ciganos



Entrevista ao antropólogo e professor José Gabriel Pereira Bastos, fundador do Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas, na Universidade Nova de Lisboa, com um núcleo de estudos ciganos pioneiro em Portugal.

### Qual a situação dos ciganos em Portugal?

Os dados de estudos sobre a pobreza em Portugal, de uma base de dados entretanto destruída, acerca da performance escolar dos ciganos comparados com os lusos, entre umas 10 minorias étnicas, mostram que os ciganos tinham nos anos 90 quase 6000 crianças na primária com altíssimo grau de retenção; passavam para o 3º ciclo apenas 1% e chegavam ao fim do ensino obrigatório cinco crianças. Um trabalho do centro de estudos judiciais sobre a situação prisional dos ciganos em Portugal mostra que, utilizando dados estatísticos, estavam presos dez vezes mais ciganos do que outros portugueses, proporcionalmente falando e 25 vezes mais mulheres ciganas do que outras portuguesas, o mesmo sucedendo em Espanha.

### Falamos então de portugueses ciganos?

É uma questão tática. Todos os racistas só falam de ciganos, é uma técnica para não pôr o dedo na ferida. Os ciganos são portugueses. Eu nunca falo de ciganos que não são portugueses.

### Os ciganos existem onde?

Os ciganos existem em todo o mundo. Na Europa são cerca de 10 milhões, e há uns que não pertencem a parte nenhuma porque foram queimados nos fornos do holocausto. Grande parte desses 8 a 10 milhões está no Leste, nos países chamados de ex-comunistas, particularmente na Roménia,

onde estão mais de 2 milhões, constituindo 10% da população. Aqui em Portugal são 0,5%, porque o Ocidente, sobretudo o Norte da Europa, matou-os. No Ocidente a taxa é baixa, quase 100.000; mas alta no Montenegro, Bulgária e Roménia, onde vivem em condições muito miseráveis.

### Qual é a origem dos ciganos?

Não são párias [ou "dalit", habitantes sem casta e no último degrau social na Índia], mas são da Índia. Eles foram chamados párias aqui porque eram forçados a viver como os párias da Índia. Andavam pelas estradas, eram pobres, analfabetos, então é porque são os párias da Índia, dizia-se, o que é falso. Foram trazidos da Índia como escravos no ano 1019, para serem vendidas no atual Irão para os mercados da Turquia, Arménia e Roménia. Também não são nómadas, o seu nomadismo é forçado.

### Pode-se falar de uma cultura de resistência?

Falo de uma cultura de sobrevivência. Sou mais radical ainda porque a pulsão de morte europeia assumiu as formas que eu já disse: depois do nazismo eram esterilizados quando entravam nos hospitais da Suécia e Finlândia. Na Suécia, em 1975 o governo pediu desculpa pública e indemnizou-os, o que quer dizer que era verdade. Estão em julgamento na Hungria, Eslováquia e República Checa casos de esterilização forçada. A pulsão genocida faz com que na

Entrevista de Lina Pereira

Europa tenham uma esperança de vida de menos vinte anos que nós. Ora, se multiplicarmos 10 milhões por vinte anos temos mais ou menos 200 milhões de anos roubados aos ciganos. É uma forma de genocídio e não podemos lavar as mãos sobre isto porque temos as mãos sujas.

### Que lhe parece ser o futuro próximo dos ciganos?

O futuro próximo é o mesmo, só que vai piorar com a crise económica europeia e a própria evolução na medida em que o *handicap* maior deles é a falta de estudos, grande parte é analfabeta. Só conheço um doutorado, um mestrando e meia dúzia de licenciados ciganos, que não têm regressado à comunidade cigana, pois sabem que sendo ciganos não poderão ocupar nenhum posto de trabalho. Isso é reafirmado consecutivamente pelos técnicos que, na Assembleia da República, à frente dos deputados garantiram que nunca tinham conseguido colocar nenhum cigano que tivesse cursos tirados pelo RSI [Rendimento Social de Inserção], não havia um patrão em Portugal que aceitasse ciganos. Os nossos deputados do BE, do PC, do CDS católico, todos escutaram e não agiram quando se falou em exclusão escolar e crimes contra ciganos, uma autêntica "ciganofobia" de Estado. A perda de RSI, aos ciganos não diz nada; eles riem-se muito e dizem que se sobreviveram até agora, também irão sobreviver a isso.

### Há alguma perspetiva de assimilação ou integração?

Assimilação nunca. No entanto, o Estado português deve reconhecer que houve um crime histórico, um genocídio continuado e deve um pedido de desculpas. Poderá fazer uma política de inclusão através da discriminação positiva, obrigando, por exemplo o Estado a reservar 0,5 % de vagas só para ciganos e, seguramente proceder ao reconhecimento dos ciganos como uma identidade cultural diferente, sem recorrer à aculturação nem à assimilação, dando-lhes toda a dignidade inerente à sua condição de seres humanos.

## RUPTURA ■

Órgão oficial do Movimento Alternativa Socialista (MAS) [www.mas.org.pt](http://www.mas.org.pt)  
Seção da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI)  
Sedes do MAS:  
Lisboa: Rua Alves Torgo, nº 12, 3º D.  
Amadora: Rua Rainha D. Leonor, nº 15, lj.C  
Coimbra: Rua Fernandes Tomaz, nº 69  
Braga: Alameda de Fajal, lj. 39

Proprietário: Gil Garcia  
Diretor: João Pascoal  
Editora: Cristina Portella  
Projeto Gráfico: Nádia Martins  
Capa: Pedro Varela  
Contato: [jornal@mas.org.pt](mailto:jornal@mas.org.pt)  
Nº ICS: 124814  
Tiragem: 500 exemplares  
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.  
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Amadora

Colaboraram neste número:  
Ana Paula Amaral, C.K., Daniel Veloso, Eduardo Veloso, Hugo Bastos, J. A. Dias, João Cruz, João Lopes, Lina Pereira, Luís Ferreira, Manuel Afonso, Manuel Neves, Mário Gomes, Nuno Santos, Renata Oliveira, Salomé Gonçalves, Tiago Castelhana.



Gil Garcia, André Pestana e Sofia Rajado no Tribunal Constitucional

# 9259 assinaturas para legalizar o MAS

Ainda faltam algumas semanas para que o Tribunal Constitucional reconheça oficialmente o MAS, mas nas ruas já surgiu uma nova alternativa para revolucionar a política e fortalecer a esquerda.

Num sábado de manhã, durante a passada primavera, às portas de uma feira de Coimbra, no Bairro Norton de Matos, entre reformados, trabalhadores e desempregados que procuravam fazer as compras da semana a preços mais baratos, um grupo de jovens aborda quem passa, junto a uma mesa coberta por um pano vermelho, onde estavam cravos e panfletos. “Somos do MAS, Movimento Alternativa Socialista, precisamos de 7500 assinaturas para entregar no Tribunal Constitucional, para nos legalizarmos como novo partido político. Quer ajudar-nos?” Perguntavam os membros do MAS, jovens desempregados, estudantes ou trabalhadores.

Maria da Conceição, que ali vai todas as semanas fazer compras parou e assinou. “Eu até sou de outro partido, mas sou de esquerda e assino... fazem falta ideias novas!” Na parte do formulário onde se pedia a profissão ficou na dúvida: “Era operária têxtil, mas agora já não há trabalho”. Como Maria da Conceição, dia após dia, trabalhadores, estudantes, jovens e velhos, pequenos empresários ou desempregados, com partido ou sem partido, mais ou menos à esquerda, muitos foram assinando. Primeiro dezenas, depois

centenas e por fim milhares. De Braga a Olhão, passando por Lisboa, Porto, Leiria, Coimbra, Amadora, Loulé, Almada ou Funchal cerca de dez mil pessoas assinaram. Após revistas as assinaturas, foram entregues, no passado dia 15 de Outubro, 9259 assinaturas no Tribunal Constitucional, para legalizar o mais novo partido do país, o MAS.

## Um novo partido? Já há é partidos a mais!

Dos que assinaram, a esmagadora maioria tinha uma coisa como certa: o país não pode continuar como está e é preciso correr com este governo. Desde as faculdades às empresas, das praças às praias, as conversas logo iam parar ao governo de Coelho, Gaspar e Portas. E aí os populares não poupavam nas palavras: “gatunos”, “ladrões”, “corruptos” eram alguns dos “mimos” que vinham à conversa... Outros, mais azedos, não podemos publicar nestas linhas.

Mas, para além da raiva contra o governo, nem todos concordavam com o MAS. Fred, jovem desempregado, abordado à porta da Segurança Social em Braga, não hesitou: “Outro partido? Não assino!”. O jovem militante

do MAS, também ele desempregado, que recolhia assinaturas, também não hesitou: “Então, mas gostas dos partidos que temos?”, perguntou.

Após uns minutos de conversa Fred percebeu que o MAS é que tinha afixado pela cidade os cartazes que diziam “Prisão para quem roubou e endividou o país” e disse: “Pelo menos têm coragem de dizer isso... vá lá, eu assino!”. Foi assim por todo o país, ao longo destes meses. Se muitos viam com má cara haver um novo partido, também eram muitos os que queriam “qualquer coisa de novo” ou “caras diferentes” e “quem dissesse as verdades” e milhares disponibilizaram-se a dar uma hipótese, e uma assinatura, para que o MAS pudesse trazer essa mudança.

## O MAS? Como é que entro para o vosso partido?

Se para a maioria o MAS era uma novidade, para alguns não era assim. Carla, carteira, encontrou os militantes do MAS a recolher assinaturas no Chiado, em Lisboa. “Vocês são aqueles que saíram do Bloco, não é? Eu votava no Bloco, mas desiludiram-me com o apoio ao Manuel Alegre, já pensei entrar no PCP, mas é um partido muito velho... O que é que vocês defendem?”

E aí explicaram à Carla que o MAS defende a unidade da esquerda para derrubar o governo e a troika e a suspensão do pagamento da dívida, para fazer uma auditoria e usar o dinheiro que está a ir para a banca para apostar no emprego. Quando ouviu que “defendemos um novo 25 de Abril”, a trabalhadora dos CTT exclamou: “É bem verdade! E como é que eu entro para o MAS?”.

Foi assim no Chiado, naquela tarde, e em muitas outras tardes pelo país fora. Durante este mês muitos se juntaram ao MAS, outros tornaram-se simpatizantes ou curiosos. Pelo caminho inaugurámos quatro sedes, participámos no “15 de Setembro”, colocámos centenas de cartazes a defender que se faça justiça e se prendam os governantes que afundaram o país, assim como apelámos à unidade da esquerda.

Nestes meses fizemos debates, participámos nas manifestações e abrimos núcleos em novas cidades. Uma coisa é certa: ainda faltam algumas semanas para que o Tribunal Constitucional reconheça oficialmente o MAS, mas nas ruas deste país já surgiu uma nova alternativa para revolucionar a política e fortalecer a esquerda. Os governos da austeridade que se cuidem! **Manuel Afonso**

## BÚSSOLA

# PSTU elege vereadores no Brasil

Obtendo votações expressivas, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) elegeu, em outubro, dois vereadores em duas capitais do Brasil, Cleber Rabelo, em Belém (Pará), e Amanda Gurgel



(na foto acima), em Natal (Rio Grande do Norte). Cleber é operário da construção civil e foi o terceiro candidato mais votado numa frente eleitoral com o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). A professora Amanda Gurgel ficou famosa depois que um vídeo colocado no YouTube com o seu discurso sobre a educação “incendiou o país”, segundo palavras de Fausto Silva, apresentador do popular programa da Rede

Globo, “Domingão do Faustão”, para o qual ela foi convidada. Num ano, o vídeo de Amanda alcançou mais de 2 milhões de visualizações. Outros candidatos do PSTU, ainda que não tenham sido eleitos, tiveram votações expressivas. Exemplo disso foi o 5º vereador mais votado em São José dos Campos (interior de São Paulo), Toninho Ferreira, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, com 6 677 votos. **Nuno Santos**

# 15.0 no “Prós e Contras”

No programa “Prós e Contras” de 1 de outubro, na RTP1, a Plataforma 15 de Outubro (15.O) foi convidada a participar. Vários integrantes estiveram lá e causaram uma verdadeira comoção, ao contrariar as ideias reacionárias dos convidados principais (aqueles que ficam no palco), dois ex-ministros da Administração Interna, um sociólogo e um general. Em linhas gerais, denunciaram que não há futuro para os jovens em Portugal. “Parece que estamos a morrer todos os dias”, disse Catarina Madrugá. “Quem ganha 500 euros não tem família”, sentenciou Alexandra, professora precária há oito anos. Sobre a sugestão do governo para os jovens emigrarem, Sofia

Rajado respondeu: “Eu não quero sair do meu país”. A seguir, ela denunciou a grande mentira de que não há dinheiro no país, porque os milhões para o BPN, o escândalo dos submarinos e a dívida da Madeira são exemplos das prioridades do governo em termos de gastos. Indignada com o facto de o general Garcia Leandro a ter chamado de ingénua por defender a demissão do governo e lembrar a necessidade de um novo 25 de Abril, Sofia disse: “Não estamos dispostos a receber lições de moral de quem está do lado dos banqueiros”. Grande prestação do 15.O para desmascarar os porta-vozes do capital. **N. S.**

# MAS realiza jantar em Braga

Com a participação de meia centena de pessoas, entre as quais professores, operários, estudantes, desempregados e trabalhadores de *call centers*, realizou-se no dia 26 de outubro o jantar do MAS na cidade de Braga. Muitos são ativistas sindicais e estudantis, outros estiveram envolvidos na organização da manifestação de 15 de Setembro na cidade e outros, ainda, tinham vontade de conhecer o novo partido. Durante o jantar, Eduardo Velosa, militante do MAS, falou sobre o trabalho do partido na região. A segunda intervenção coube a Pedro Fortunato, igualmente do MAS, a enfatizar a importância dos movimentos sociais, o seu funcionamento democrático e a sua combatividade. Foi também

salientado o apoio e a participação do MAS nos movimentos sociais. Gil Garcia, da direção nacional do MAS, fez a última intervenção, quando analisou a grave situação do país e apresentou as propostas do partido para sair da crise, em especial a necessidade de unir a esquerda, suspender o pagamento da dívida e dar fim às mordomias dos políticos. Esse jantar mostrou a força crescente do MAS em Braga e no país, fruto da sua participação nas diferentes lutas da região e da sua presença nas fábricas, universidades, *call centers*, nos movimentos sociais e nas manifestações da população contra o governo, como a de 15 de Setembro.

**Eduardo Velosa e Luís Ferreira**

# Câmara da Amadora transforma imigrante em sem-abrigo

No Bairro de Santa Filomena, uma parte dos moradores foi condenada a ficar sem casa pela Câmara Municipal do PS

Na manhã de 26 de julho deste ano, os moradores do bairro de Santa Filomena, na Amadora, foram surpreendidos pelo ruído de uma retroescavadora, enviada pela Câmara Municipal com o objetivo de iniciar a demolição das suas casas.

A água e a luz foram imediatamente desligadas. Ao mesmo tempo, o acesso ao bairro foi fechado e cerca de 20 polícias impediram que os habitantes se aproximassem das residências. Justificando a ação com a necessidade de “desmantelamento de um bairro ilegal”, a Câmara Municipal da Amadora, dirigida pelo PS, demonstrou, no fim de contas, a verdadeira dimensão do seu desprezo pelos moradores de Santa Filomena, violando um dos mais básicos direitos: o direito à habitação.

### Bairro de imigrantes

O bairro, situado no centro da cidade, é composto maioritariamente por cidadãos de Cabo Verde, com escassos recursos financeiros, muitos deles afetados pelo flagelo do desemprego ou

submersos no mundo da precariedade laboral.

Esta situação é agravada pelo facto de serem imigrantes e negros. Essas duas características fazem deles um dos sectores mais explorados da sociedade, ao qual é reservado um papel de subalternização permanente. A displicência da Câmara Municipal da Amadora no tratamento deste caso ilustra na perfeição o grau de estigmatização e menosprezo a que esta comunidade é votada.

### Realojar e reprimir

O Programa Especial de Realojamento (PER) surgiu em 1993, ano em que a autarquia realizou um recenseamento em vários bairros da Amadora, onde se incluiu o de Santa Filomena. Nessa altura, a Câmara afirmava ser seu objetivo destruir as habitações precárias da zona e realojar os moradores.

Agora, em 2012, as demolições das casas realizam-se de acordo com aquele censo, que ignora as mudanças havidas na comunidade nos últimos 20 anos. Cerca de seis dezenas de famílias insta-



laram-se no bairro após 1993, ficando por isso excluídas do programa de realojamento. A alternativa? Buscar nova morada por conta própria ou aceitar o pagamento da viagem só de ida e regressar ao país de origem.

A proposta reflete uma conceção anti-imigração aplicada pela autarquia da Amadora, totalmente negligente face à necessidade de garantir condições de vida e respeitar os direitos desses cidadãos. Mas essa negligência foi mais além. Logo a 21 de junho, um mês antes do início das demolições, os habitantes de Santa Filomena

foram brutalmente agredidos pela Polícia Municipal, quando se dirigiam pacificamente à Câmara com o intuito de negociar uma alternativa para o problema criado pelo PER.

### Esta luta também é nossa

Num bairro onde o salário médio ronda os 250 euros, a certeza de ficar sem casa e a falta de perspectivas sobrepõem-se a todos os outros aspetos. Santa Filomena, agora em fase de demolição, é protótipo da segregação e do isolamento a que as políticas dos sucessivos gover-

nos condenam os mais pobres, sobretudo os imigrantes negros da periferia das cidades. Para lhes fazer frente, é fundamental a unidade e mobilização dos moradores de Santa Filomena, impedindo a destruição da comunidade e garantindo alternativas condignas. Mas, mais do que isso, é necessária a junção dos esforços e das lutas de todos os trabalhadores e da juventude, no combate às opressões intrínsecas ao sistema em que vivemos. A luta de Santa Filomena é uma luta de todos nós.

**Daniel Veloso**

# Mais uma machadada no emprego docente

Cerca de 9 mil professores contratados para escolas TEIP ameaçados de despedimento

Mais uma de Crato/Gaspar: o Ministério da Educação (ME) está a mandar a Inspeção verificar e anular a colocação de professores contratados para escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) ou com contratos de autonomia, “nos casos em que se registaram desconformidades que comprometeram a legalidade das colocações”. São cerca de 9 mil professores em todo o país, a muitos dos quais já foi anunciado o despedimento.

Nas escolas TEIP ou com autonomia, os docentes são escolhidos por oferta de escola, ou seja, é um processo de contratação direta que se baseia, em 50%, na entrevista ou avaliação do currículo do candidato, qualquer delas na base dos mais variados “subcritérios”, pois são da responsabilidade da escola ou do diretor.

Este tipo de colocações conduz por vezes a arbitrariedades e ultrapassagens da lista de ordenação dos professores candidatos, esta sim baseada em critérios objetivos e nacionais: a classificação profissional e o tempo de serviço. Este ano foram detetadas irregularidades nas colocações por oferta de escola e vários professores recorreram aos sindicatos. A luta pelo posto de trabalho assumiu tais proporções em resultado

do aumento brutal do desemprego docente. Os “rotos” querem trabalho, e os “esfarrapados” também...

### Vitória de uns, derrota de outros...

Em resposta às reclamações dos sócios que se viram ultrapassados, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) apressou-se a pedir uma reunião à Direção Geral da Administração Educativa (DGAE): foi-lhe concedida em 2 de outubro. Nem duas semanas depois, o ME enviou para as escolas a informação referida, determinando na prática o despedimento dos professores colocados, os quais têm que voltar a concorrer (mas deverão continuar a lecionar até serem substituídos).

Vitória da Fenprof?... Não pomos em causa que em todas as colocações se deva respeitar a lista graduada nacional, que é hoje o critério mais transparente e democrático. Mas causa estranheza que o ME neste caso tenha sido tão lesto a repor a legalidade, quando nos casos do pagamento das compensações por caducidade do contrato (mais de 50 decisões judiciais a favor do pagamento!) pura e simplesmente ignora a lei e os tribunais.

Em tudo o que respeita a finanças

Crato subordina-se a Gaspar, e é ele quem de facto manda no ME. Será que nesta decisão não houve também um cálculo do que o ME irá poupar despedindo professores com horários anuais (até 31/agosto) e substituindo-os por contratações com menor duração (até Junho ou Julho)?

### Pode-se construir a unidade nesta situação?

Também causa estranheza a desigualdade de tratamento: se um professor recusar uma colocação é fortemente penalizado, mas o ME não sofre nenhuma penalização por ter feito a "burrada" que fez, homologando colocações que agora vem dizer que estão incorretas. O fato é que os colegas que começaram a dar aulas, mesmo se foram colocados irregularmente, tinham expectativas para um ano normal de trabalho, já criaram laços com os alunos, e de repente podem ver-se sem trabalho.

É injusto e por isso defendemos a manutenção do seu atual emprego (recorde-se que mesmo assim é um emprego precário e com poucos direitos!) e incentivamos todos os precários e desempregados a uma luta comum por um emprego com plenos direitos.

**Ana Paula Amaral**

# Propostas para a unidade

Reconhecemos que, devido ao historial de derrotas fruto muitas vezes de lutas mal conduzidas e de precariedade e desemprego resultantes da atual submissão governamental aos ditames da troika, esta é uma situação que alimenta divisões artificiais e que dificulta a unidade. Mas, quanto a nós, as posições de partida poderiam ser:

✓ Se o ME reconhece que o concurso por oferta de escola é palco de arbitrariedades, então que altere a lei, para que no futuro se evitem situações semelhantes;

✓ Se houve professores ultrapassados nas colocações por oferta de escola que têm direito ao seu posto de trabalho, também os que os ocupam neste momento precisam deles e não podem ser despedidos. Um sindicato tem o dever de defender uns e outros e construir a unidade “dos rotos com os esfarrapa-

dos”, em vez de acentuar a divisão. Devia exigir do ME que todos tivessem colocação, os que entraram e os que foram ultrapassados. E que fosse distribuído serviço a todos, o que não seria nada difícil dado que as escolas estão cheias de trabalho, as turmas têm um número excessivo de alunos, e com os diretores de turma mais sobrecarregados, muitos alunos não têm apoio. Em qualquer escola em que se entre, se se fizer a pergunta aos colegas, todos dirão: sim, fazem cá falta muitos professores!

Finalmente, esta situação podia ter sido abordada numa forma muito mais democrática se a Fenprof, em lugar de ir a correr pedir uma reunião à DGAE, tivesse a preocupação de reunir primeiro com os colegas colocados e aqueles por colocar, ouvindo ambas as partes e procurando fazer pontes de unidade.

**A.P. A.**

# Governo quer impor precariedade e desemprego nos portos

Uma verdadeira campanha está em marcha nos meios de comunicação para desmoralizar a luta dos estivadores contra uma nova legislação que só interessa às empresas de estiva e aos seus parceiros no governo

No dia 14 de agosto último, os trabalhadores portuários portugueses iniciaram uma firme e corajosa luta contra a proposta de lei de alteração do Regime Jurídico do Trabalho Portuário apresentada pelo governo de Passos Coelho. Se esta lei entrar em vigor, serão destruídas conquistas históricas da classe, como o acordo que, no Porto de Lisboa, impede desde 1995 que o número de trabalhadores eventuais não possa ultrapassar 25% do total de trabalhadores efetivos. “É esse acordo que, com a nova lei, os patrões estão a querer rasgar, as empresas querem o trabalho precário”, explica António Mariano, estivador desde 1979.

Atualmente, há cerca de 800 estivadores a trabalhar nos portos portugueses como profissionais da atividade e algumas centenas de trabalhadores precários. A existência desses últimos é admitida pelos sindicatos porque a necessidade de mão-de-obra no porto flutua de acordo com a quantidade de navios atracados. “Como a nossa fábrica se vai embora todos os dias, achamos que deve haver alguma flexibilidade”, refere. Conforme o também previsto no acordo de 1995,

quando é preciso substituir trabalhadores efetivos, por razão de reforma ou qualquer outra, são os precários que irão ocupar o lugar.

## Manobra do governo

O que se passa agora é que o governo quer que uma parte dos postos de trabalho efetivos deixe de ser considerada de estiva e passe a ser feita por trabalhadores precários. Para isso, a legislação consideraria trabalho de estiva apenas aquele feito a bordo dos navios fundeados no porto, e não, como até agora, toda a atividade desenvolvida na área portuária. O trabalho executado em terra passaria a ser feito por qualquer trabalhador, por um salário muito mais baixo, sem direitos e sem vínculo laboral estável, subordinado a empresas subcontratadas.

Este modelo já está a ser implementado no Porto de Leixões, onde, segundo Mariano, não é admitido um único trabalhador efetivo há 20 anos. O sindicato de

Leixões pertence a uma federação filiada à UGT. “Isso deu-se em violação da lei, porque a lei que existe hoje em Portugal diz que todo o trabalho de movimentação e controlo de carga na zona portuária tem de ser feito por estivadores com carteira profissional.”

Os patrões dos estivadores são as empresas de estiva. As duas grandes nacionais são a Mota Engil e a Empresa de Tráfico e Estiva. Há uma empresa de Singapura, a PSA, implantada no Porto de Sines (responsável pela maior atividade portuária no país), que, de acordo com Mariano, também está por trás das pressões para alterar a legislação.

## Guerra permanente

Apesar do acordo de 1995, as empresas fazem de tudo para desrespeitá-lo. O processo de

passagem dos trabalhadores precários a permanentes, para preenchimento das vagas abertas nas últimas duas décadas, quase sempre passou por formas de luta. “Embora os patrões tenham feito o acordo, quando a mão-de-obra

está nos limites e não consegue responder às necessidades do porto, nós exigimos que sejam feitas admissões, o patrão não quer, e nós fazemos greve; e, depois de as greves estarem anunciadas ou em execução, as admissões acontecem.”

Nos últimos meses os estivadores estavam a ser obrigados a trabalhar entre dois a três turnos porque os patrões não praticavam o acordo de admissão de trabalhadores para substituir os que se afastavam. “E o que é que acontece? Os trabalhadores que cá estavam, obrigados a trabalhar 2 a 3 turnos por dia, às vezes atingiam valores salariais superiores. Estamos a falar de salários brutos. Mas nós fazíamos esse volume de trabalho para os navios não fugirem. Os patrões é que não nos podem acusar de, por um lado, trabalharmos para

os navios não fugirem, e por outro lado ganharmos muito dinheiro. Provavelmente querem que os estivadores façam o trabalho de borla”, diz Mariano. Ele defende que os empregadores nos portos deviam contratar mais trabalhadores do que contratam hoje. “No mínimo poderiam ser contratados mais 50 trabalhadores no Porto de Lisboa.”

## A mentira dos salários

Receber altos salários, de até 5 mil euros, é uma das mentiras contadas pelos patrões e o governo para jogar a população contra os estivadores. “O nosso salário em Lisboa, mesmo em topo de carreira, não ultrapassa os 2 mil euros por mês brutos”, garante Mariano. Para os trabalhadores mais novos, os valores giram em torno de 900 euros. “Os trabalhadores começam por ganhar 4 euros à hora para desenvolver uma atividade extremamente perigosa, para andar debaixo de contentores que pesam 20, 30 toneladas. E quando há um acidente não é só a unha que se parte, são acidentes muito violentos e muito complicados.” Eventualmente, ao fim de 17 anos de carreira, poderão estar a ganhar 8 ou 9 euros a hora. “O que acontece, e essa é uma das razões da nossa luta, é que temos de fazer sempre greves para os empregadores admitirem trabalhadores, e mais uma vez, nós estamos a chegar a um ponto de rutura.”

**Cristina Portella e  
Tiago Castelhana**



## “Nós não vamos desistir de lutar”

Depoimento do estivador António Mariano, um dos trabalhadores presentes nas concentrações e manifestações contra as medidas de austeridade do governo

“O primeiro dia de paragem total foi no dia 14 de agosto, em que muitos de nós estiveram reunidos em Sines, e daí para cá diria que já estive mais de 70 dias de greve no Porto de Lisboa. De onde vem esta forma de estar? Os sindicatos dos estivadores existem desde 1896, têm uma história, têm uma memória, coisas que passam de pais para filhos, netos... Hoje talvez seja mais fino ser estivador, mas não é menos violento.

Trabalhamos ao sol, à chuva e ao frio 362 dias por ano, só paramos três dias por ano. 24 horas por dia. Normalmente os trabalhadores efetivos trabalham 16 horas. O que acontece é que ultimamente até 24 horas por dia os estivadores têm trabalhado. Porque das duas uma: ou nos vamos embora e o navio fica mais tempo em porto com prejuízo para o porto e a economia ou,

para impedir que isso aconteça, trabalhamos horas brutais.

Os estivadores têm algo que gostariam de explicar aos outros setores de atividade: é que a melhor forma de lutar pelos seus direitos é estar sindicalizado. Os estivadores são sindicalizados a 100%. Esta sindicalização a 100% conduz a greves que são respeitadas a 100%. À comunicação social não interessa mostrar o nosso exemplo. Não fala de nós, porque não interessa falar de um setor de atividade que, quando para, para a 100%.

Estamos em todas [as mobilizações] porque está em curso uma campanha para destruir a nossa atividade e, não sendo possível, através dos órgãos de comunicação normais, chegar aos portugueses para contar a nossa história, tivemos que criar canais alternativos. Um dos canais alternati-

vos é estar em contacto direto com as pessoas onde quer que seja. Sejam manifestações da CGTP, sejam manifestações de movimentos não alinhados, movimento sociais, estamos em todas. Distribuímos folhetos junto de locais de grande circulação de pessoas, para além de utilizarmos um dos meios mais eficazes hoje em dia que é a Internet.

No dia 25 de setembro, um grande número de portos europeus estiveram parados em solidariedade com os estivadores portugueses por uma razão muito simples: porque os estivadores em Portugal vão ser um balão de ensaio para os europeus. Se Portugal se desregulamentar totalmente, se forem criados aqui portos de conveniência, abre-se um precedente perigoso para a Europa.

A Comissão Europeia está tam-



bém a delinear uma nova diretiva à semelhança de duas anteriores que foram rejeitadas no Parlamento Europeu. Isso porque os estivadores foram a Estrasburgo e manifestaram-se violentamente contra aquilo [em janeiro de 2006, para protestar contra a liberalização dos serviços portuários]. A abrangência do ataque é mesmo para destruir tudo. Para não ficar um estivador de pé.

Claro que vamos estar na greve

geral. Não somos diferentes, o que acontece é que, além de toda a bateria de ataques que os portugueses estão a sofrer, os estivadores sofrem um ataque dirigido que é despedi-los e substituí-los nos mesmos postos de trabalho por trabalhadores precários. É isto que torna a nossa reação mais violenta e nos dá toda a razão para estar nessa luta. Nós não vamos desistir de lutar contra isso. E a nossa greve vai continuar até quando for necessário.”

# Despedir o governo e a troika para salvar o país!

Portugal - assim como Grécia, Espanha e Itália - vive uma das situações mais graves da sua história. As conquistas do 25 de Abril estão ameaçadas por um governo servil à banca e à grande burguesia europeia. A greve geral de 14 de novembro pode inaugurar formas de luta mais eficazes e unitárias dos trabalhadores europeus.

Caso o Orçamento para 2013 seja aplicado a situação ficará insustentável para a maioria dos portugueses e para a sobrevivência económica do país. Este orçamento representa um aumento brutal de impostos, principalmente para os que recebem menores salários, despedimento em massa dos funcionários públicos, mais cortes nos serviços essenciais e nas prestações sociais.

Por exemplo, e de acordo com a calculadora do jornal *Correio da Manhã*, o assalariado que ganhe 500 euros brutos por mês passará a ter um desconto mensal de 29,50%, correspondente aos 11% da Segurança Social acrescidos de 14,5% de IRS e mais 4% de sobretaxa. Se em 2012 o salário líquido mensal desse trabalhador foi de 445 euros, pois só descontava para a Segurança Social, passará em 2013 para 325,50. Uma perda, portanto, de 119,50 euros por mês, o que não é nada para um banqueiro ou para um grande empresário, mas

que pode representar comer ou deixar de comer para o trabalhador que tenha esse salário.

Os desempregados também não ficarão isentos dos ataques do governo, pois o seu subsídio - para os que ainda têm a "sorte" de o receber - sofrerá um desconto de 6% para a Segurança Social. A dotação das universidades sofre um corte de 57 milhões face a 2012 (cerca de 10%), o que significará despedimentos no corpo docente, e até, como admitiu o reitor da Universidade do Minho, a hipótese de desligar o aquecimento das suas instalações durante o inverno. Em 2013 haverá menos 3,5 mil milhões de euros no Orçamento para saúde, educação e segurança social.

## Dívida continua a crescer

Apesar de todos esses cortes nas despesas públicas, a dívida do Estado continua a subir, tendo alcançado 117,6% do PIB no segundo trimestre, equivalente a 198,8 mil milhões de euros, e deverá fechar o ano em torno dos



200 mil milhões de euros. No final do ano passado, segundo o Banco de Portugal, a dívida situava-se nos 184,7 mil milhões de euros. Portanto, a dívida está a crescer de forma galopante como consequência dos planos de Passos Coelho/Vítor Gaspar, que só fazem aumentar a recessão, o desemprego e a miséria no país.

Mas, não satisfeito com isso, o governo planeia agora, e para isso conta com o apoio da troika, um novo corte, além do previsto no Orçamento de 2013, no valor de 4 mil milhões de euros nas despesas com Segurança Social, saúde e educação. Essa é a tal "refundação" do memorando de entendimento com a troika anunciada pelo primeiro-ministro Passos Coelho, manobra com a qual tentou envolver o PS de António José

Seguro, que, não sendo totalmente parvo, já rejeitou.

## Banca bate palmas

Nem todos estão a ser prejudicados pelas medidas do governo. Um exemplo disso são os lucros de 177 milhões de euros obtidos pelo BPI após nove meses de crescimento superiores a 15%, entre janeiro e setembro deste ano. Não há outra razão para explicar a atitude do seu presidente executivo, Fernando Ulrich, que tal como um bombeiro maluco resolve colocar mais lenha na fogueira: "O país aguenta mais austeridade?... Ai aguenta, aguenta". Opinião semelhante tem o FMI, que elogiou as reformas laborais já feitas pelo governo, mas defende a redução da duração do subsídio de de-

semprego, considerado por essa instituição "o mais generoso da Europa".

## Não aguenta!

Ao contrário do que diz o banqueiro, os trabalhadores e a juventude não aguentam nem querem aguentar mais e estão a demonstrá-lo com as suas lutas: greve dos estivadores às horas extraordinárias, greve nas refinarias da Galp, greve e manifestação nos estaleiros de Viana do Castelo, greve na Lusa e no Público, manifestações dos estudantes do secundário, dos polícias e do setor da restauração.

Estão a demonstrá-lo também nos inúmeros protestos organizados pelo país contra o Orçamento, contra Angela Merkel, durante a sua passagem pelo país, e contra os membros do governo, que não podem mais sair à rua sem ouvir vaias e insultos do povo. A Greve Geral Ibérica de 14 de novembro, convocada pela CGTP e centrais sindicais espanholas - e que conta com adesões em outros países, como na Itália, com uma paralisação de 4 horas e de 24 horas no setor público -, é um passo importante para elevar a luta contra a destruição do Estado Social e das conquistas do povo a um novo patamar.

**Renata Oliveira**

# Qual a alternativa depois de despedir o governo?

Não é só a esquerda a prever uma situação catastrófica para 2013 (e, já agora, para 2014 e anos seguintes) caso seja aplicado o orçamento do governo. O Conselho Económico e Social (CES) considera irrealista a previsão de uma recessão de 1% no próximo ano feita pelo governo e a Comissão Europeia. O economista João Ferreira do Amaral, próximo do PS, prevê que esta variará entre 2,8% e 5,3% do PIB e o desemprego poderá atingir os 18%.

O secretário-geral do PS, o partido que trouxe a troika para Portugal, diz que a solução é pedir mais um ano aos credores e negociar juros mais favoráveis. Atualmente, o país gasta cerca de 8 mil milhões por ano em pagamento de juros da dívida. Se estes não fossem pagos, dizem os economistas, o défice português seria zero. Só os juros custam mais do que o sistema de saúde ou o sistema de educação, reconheceu o próprio líder parlamentar do PSD.

A saída do PS, portanto, passa

por manter o memorando com a troika; continuar a pagar a dívida e manter o país atrelado à ditadura dos mercados, isto é, do sistema financeiro, e dos interesses do imperialismo francês e alemão.

Em entrevista ao jornal *I*, o novo coordenador do Bloco de Esquerda, João Semedo, apresentou uma proposta semelhante à do PS em vários aspetos, entre os quais o de renegociar a dívida e os juros com os credores. "Quando dizemos 'rasgue-se o Memorando' estamos a dizer que é preciso reestruturar a dívida, é preciso renegociar a dívida e os juros", disse ele. Ele também concorda em continuar a manter o país a pagar a dívida: "Renegociar significa para nós duas coisas: discutir o valor da taxa de juros e repor a dívida ao nível de uns 60% do PIB. Não temos condições para pagar mais".

Além disso, como o PS, o BE mantém-se de pedra e cal na defesa da manutenção de Portugal no euro e na União

Europeia. Um tabu que vários economistas estão a desafiar. Como Jorge Bateira, economista e co-autor do blogue Ladrões de Bicicletas: "À medida que a denúncia do Memorando vai sendo percebida como a única saída que nos resta, o debate público sobre as implicações de tal decisão tomar-se-á incontrolável. (...) A partir daí, vamos ver a histeria dos apóstolos do euro, de direita ou de esquerda, para quem o desastre em que estamos lançados será sempre preferível ao abandono da moeda única. Veremos então que, apenas por razões ideológicas, os arautos de um imaginário 'euro bom' preferem o desemprego de massa, por tempo indefinido, a uma inflação transitória causada pela desvalorização de uma nova moeda. Veremos então quem prefere manter o país no desespero e esperar por uma UE com orçamento federal, mesmo sabendo que a Alemanha nunca estará disponível para partilhar dívidas ou submeter o seu sistema bancário e o seu orçamento a uma tutela

federal." (18/10/2012)

## Unidade de esquerda

Infelizmente, o "desafio" para o BE, a sua verdadeira obsessão, continua a ser conseguir aliar-se com o PS e não com o PCP. Segundo Semedo, na mesma entrevista, o "desafio é desencalhar o PS da direita". Mas também de acordo com o coordenador do BE, há quatro pontos "que são para nós [para o BE] os mínimos de esquerda" para uma convergência de esquerda: rasgar (sic) o memorando; devolver aquilo que os portugueses perderam em direitos, em salários, em pensões, em serviços públicos; reforma fiscal que tribute mais os rendimentos de capital e de propriedade que os rendimentos do trabalho; controlo público do crédito bancário, que significa a nacionalização dos bancos recentemente intervencionados (BPI e BCP).

Apesar de limitados, esses quatro "mínimos de esquerda" constituem uma base programática para a formação de uma

frente de esquerda (BE, PCP, socialistas, independentes e movimentos sociais) que quebre com o rotativismo PS-PSD-CDS-PP que está a destruir o país. É dessa unidade que o povo precisa para ter uma alternativa que lhe dê ainda mais força e disposição para lutar contra Passos Coelho e a sua corja de bandidos.

A saída para a crise em que vive o país vem sendo apontada pelas mobilizações populares: demitir o governo, expulsar a troika, rasgar o memorando e revogar as medidas de austeridade. Este seria um bom ponto de partida para iniciar um novo ciclo económico e social.

Nós, do MAS, propomos também a suspensão do pagamento da dívida externa, seguida de auditoria para revelar e punir os responsáveis pela sua formação e pelos casos de corrupção que vêm empobrecendo o país, como o escândalo do BPN, a compra dos submarinos e as Parceria Pública-Privadas (PPPs); e a nacionalização da banca e das empresas estratégicas. **R.O.**



Otávio Raposo

## Do que é que o capital tem medo?

A força dos protestos de rua convocados pelos movimentos sociais questionada pelo secretário-geral do PCP

Em entrevista ao *Diário de Notícias* (28/10), o secretário-geral do Partido Comunista Português (PCP), Jerónimo de Sousa, disse não estar preocupado com a força dos protestos de rua, como o verificado a 15 de setembro, considera-os inorgânicos, sem objetivos e diz que só a luta organizada derrotará a troika. “O capital tem medo da luta organizada, não de protestos”, disse ao *DN*.

É curiosa esta verdadeira obsessão do PCP em demarcar-se dos protestos de rua que não tenham sido convocados pelo próprio PCP. De facto, Jerónimo de Sousa não deveria estar preocupado com a “força dos protestos de rua”, pelo contrário, deveria estar satisfeito e dirigir o seu partido a somar-se a eles, para aumentar a sua eficácia na luta contra o governo e a troika. Mas não é isso que faz o secretário-geral do PCP.

### Inverdades

É facto sabido que as duas maiores manifestações populares realizadas em Portugal depois do 25 de Abril não foram dirigidas pelo PCP. A primeira, a 12 de março do ano passado, foi convocada por um grupo de jovens - alguns próximos ao Bloco de Esquerda (BE) - e chamou-se “Geração à rasca”. Foi uma manifestação de protesto contra as políticas do governo Sócrates/PS e acelerou o seu fim. A segunda manif, ainda maior que a de 12 de março, foi a de 15 de setembro último, “Que se lixe a troika”, convocada por um coletivo, do qual fazem parte pessoas independentes de partidos e também militantes do BE. O resultado desta manifestação foi obrigar o governo de Passos Coelho a desistir de alterar o regime de contribui-

ção da Segurança Social, em que os trabalhadores pagariam parte da Taxa Social Única (TSU) dos patrões.

Houve também outras manifestações importantes neste último período, como a de 15 de outubro do ano passado, organizada pelo movimento “Democracia Verdadeira Já”, numa reação ao primeiro plano de austeridade apresentado pelo governo PSD/CDS-PP. A partir desta manifestação formou-se o Coletivo 15 de Outubro (15.O), bastante combativo e do qual fazem parte independentes e militantes de várias correntes políticas, entre as quais o MAS. O secretário-geral do PCP não tem razão, portanto, quando diz que os protestos de rua são inorgânicos, não têm objetivos e não provocam medo ao capital. Esses protestos são orgânicos, isto é, são convocados por organismos criados para tal fim - apesar de não serem convocados pelo PCP e a CGTP, aparentemente os únicos modelos reconhecidos por Jerónimo de Sousa - ou mesmo dão origem a novas organizações sociais; têm objetivos claros, seja protestar contra o governo e exigir a sua demissão, seja exigir a revogação das medidas de austeridade e a retirada da troika do país; e, o que é mais fantástico, conseguem vitórias, o que só demonstra que, ao contrário do que Jerónimo de Sousa diz, são temidos pelo capital e o governo de turno que o representa no país.

### Democracia e participação

O que deve deixar Jerónimo de Sousa meio baralhado é justamente a eficácia desses protestos. A eles acorrem muita gente que não se anima a participar das manifestações convocadas pela CGTP e outras

estruturas sindicais - e é justamente nessa capacidade de atrair pessoas, sejam elas trabalhadores formais, precários, desempregados, reformados, etc. que reside a força desses protestos.

O que o secretário-geral do PCP deveria perguntar-se é porque isso acontece. Não é difícil responder: porque nos protestos organizados por movimentos sociais não afetos às estruturas sindicais tradicionais as pessoas podem manifestar-se livremente, gritar as suas próprias palavras de ordem, sem estarem condicionadas por qualquer serviço de ordem que as controla, inibe e transforma manifestações em rituais tediosos e previsíveis. O que mais atrai os trabalhadores e a juventude a essas manifestações é que a vêm como suas e nelas podem participar de forma democrática.

Basta lembrar a inédita assembleia popular realizada na escadaria da Assembleia da República a 15 de outubro do ano passado, na qual todos os que pediram a palavra puderam falar, e compará-la com os encerramentos da manifestação organizada pela CGTP para entender a diferença.

Se há - e há de facto - um profundo sentimento de desconfiança ou desconforto por parte de uma grande parcela de trabalhadores e jovens frente às estruturas políticas e sindicais tradicionais é porque estas se afastaram deles e não os ouvem. O capital, ao contrário do que afirma Jerónimo de Sousa, tem medo deles e da sua busca por alternativas mais eficientes, democráticas e combativas. A luta contra o governo e a troika tornou-se mais forte ao integrar esses jovens e trabalhadores até então ausentes.

**Cristina Portella**



### DE OLHOS BEM ABERTOS

## A propósito do populismo à esquerda

A esquerda política no país tem, entre outros, um grande defeito: o de querer ser mais “papista que o papa”. Se uma organização de esquerda inclui no seu programa uma reivindicação em defesa dos pequenos proprietários - hoje também na mira do tsunami fiscal de Vítor Gaspar/Passos Coelho e Paulo Portas -, da mesma forma que a direita (demagogicamente) também o faz, é porque resvala para o terreno do populismo.

Vem tudo isto a propósito de novas observações sobre o populismo à esquerda, vindos de dirigentes políticos da esquerda portuguesa. Desde já chamemos à atenção que destes paladinos do purismo ideológico não vem um centro de ataque sobre a demagogia da direita. Na hora de uma despedida, num momento em que o país vive um processo de destruição coletiva orquestrado por um governo de maioria de direita, o que se esperava era um discurso duro sobre o estado em que o PS e a direita deixaram o país nas últimas décadas.

E, já agora, de alternativas de governo e não de um abstrato desejo de um abstrato “governo de esquerda”, que ninguém sabe como é composto, nem como se poderá construir. Mas não. Nem se vislumbra no horizonte um diálogo sério e consequente para a formação de uma ampla unidade de esquerda dos que se opõem à troika e ao memorando de entendimento (de que os maiores partidos da esquerda, o Bloco e PCP são responsáveis).

Nem sequer a preocupação de preparar seriamente a rutura com o rotativismo crónico entre governos PS e PSD há mais de 30 anos no governo do país. O que ouvimos e lemos, com desolação, é a caricata preocupação de alguns parlamentares à esquerda de se demarcarem dos que à sua esquerda podem levantar novas “causas fraturantes”, como a denúncia da impunidade de quem roubou sistematicamente o país e deixou um rasto de dívidas colossais para que o povo em geral (menos os banqueiros, ministros ou ex-ministros, políticos ao serviço de construtores civis ou empresários ao serviço de partidos do poder) venha a pagar nos próximos 30 anos, sob o terror de uma guerra de austeridade permanente.

Ou seja, se uma nova força política ou um novo movimento (o MAS, Movimento de Alternativa Socialista, por exemplo) levantar a consigna de que

há que acabar com a corrupção, levar primeiros-ministros ou ministros aos tribunais e às prisões, principalmente alguns - Alberto João Jardim ou mesmo José Sócrates - que deixaram um rasto de dívidas de dezenas de milhares de milhões de euros para os outros pagarem, onde um se passeia por Paris e outro se mantém à frente de um governo regional, deixando entretanto “buracos” por pagar, de nome BPN, PPPs ou túneis e mais túneis ou auto-estradas e mais auto-estradas, então corre o risco de ser censurada como uma organização populista.

Se o MAS levantar, e bem, que é um escândalo a existência de reformas vitalícias, que se continuam a pagar, ou milionárias, que se continuam a pagar também; se se gastam milhões de euros com salários parlamentares e subvenções aos partidos de milhares de milhões então é porque incorre no pecado do discurso supostamente populista.

Conclusão: os nossos (acomodados) parlamentares à esquerda habituaram-se às mordomias salariais, e os seus partidos, às milionárias subvenções, sem se questionarem se algo desta realidade deve mudar. Para a nossa esquerda parlamentar falar nestes temas ou é populismo ou matéria intocável.

Ou seja, o centro do poder político e de quem nos governa pode impor sacrifícios desumanos de desemprego, fome e miséria, mas propor atacar a base dos seus privilégios particulares não passa de populismo. E, no preciso momento de ataque ao populismo à esquerda, afirmar-se “que saio exatamente como entrei, com a minha profissão, sem qualquer subsídio e sem qualquer reforma”, não pode ser lido também como um discurso populista? O que nos parece, para sermos sinceros e claros é que muita da liderança à esquerda em Portugal, dentro e fora do parlamento, esses retóricos republicanos, tendem a defender um regime (não o progressivo da sua história inicial) mas o do capitalismo decadente, predador e selvagem. Então os que escreveram “não faço qualquer cedência ao populismo antiparlamentar: os partidos e personalidades que esperam obter ganhos com essa demagogia terão sempre a minha frontal condenação”, que nos perdoem, mas não há paciência. Uma outra esquerda deve nascer e dar esperança de justiça a quem já não espera nada.

**Gil Garcia**

# A receita da austeridade falhou. Até o FMI reconhece... Mas para quem?

Certamente não para a banca: metade dos cortes em salários, pensões e despesas sociais contidos no Orçamento do Estado de 2013 são para cobrir os encargos com o BPN contraídos pelo Estado em 2012



É o FMI que faz o diagnóstico: “Portugal continuará, até 2017 inclusive, a ser um dos países do mundo com menor crescimento, mais desemprego e a economia continuará a perder posições no *ranking* do poder de compra *per capita*. (...) O empobrecimento de cada português (...) também parece garantido até 2017”. (DN, 10/out.).

Para 2013 o que se anuncia é catastrófico: queda do PIB entre 1,5% a 5% (os números variam conforme as instituições e os comentadores), aumento do desemprego dos atuais 15,5% para 16,4%. A dívida, em nome da qual prossegue a austeridade e o empobrecimento geral do povo, passará dos atuais 117% para 123% do PIB no próximo ano.

Neste momento já ninguém fala em luz ao fundo do túnel a partir de 2013, como Passos Coelho dizia até há poucos meses, e são os próprios responsáveis pela situação a admitir que “o excesso de austeridade agrava a recessão dos países em dificuldades” (Abebe Selassie, chefe da missão do FMI para Portugal, citado no DN de 19/out.) e que o Orçamento de Estado (OE) para 2013 é “o mais duro das últi-

mas décadas” (ministro da Economia, ouvido pela Antena 1 em 16/out.). No entanto, declaram logo a seguir que “não há outro caminho” (Vitor Gaspar) e que o ajustamento “é imperativo e tem de prosseguir” (o mesmo responsável do FMI citado acima). Quais as razões deste caminho inevitável e imperativo, embora reconhecidamente recessivo e desastroso?... Mistério!

Levantamos a ponta do véu desta fatalidade quase mágica quando procuramos responder à pergunta: quem se aproveita da receita da austeridade? Quem afinal beneficia do crime?

## Ainda e sempre o BPN...

Se nos lembrarmos de onde vem o agravamento do défice público e da dívida, esses monstros invocados para justificar a austeridade, chegamos ao ano de 2008: nessa altura Sócrates gabava-se de (à custa de muitos cortes nas despesas sociais, do congelamento das carreiras na Função Pública, etc.) ter alcançado um défice à medida das exigências de Bruxelas: 3,6%. Mas logo no ano seguinte, ele disparou para 10,2%.

Ora, o que aconteceu entre 2008 e 2009, para que o bom aluno da

União Europeia deixasse assim deslizar as contas públicas? É simples: aconteceu a crise financeira mundial conhecida como crise do subprime, à qual os governos de todo o mundo responderam com injeções maciças de dinheiros públicos (isto é, dos contribuintes) no sistema financeiro. Em Portugal, essa operação de salvação dos bancos esteve focada no BPP e principalmente no BPN: Sócrates mandou injetar neste último cerca de € 4 mil milhões (hoje a fatura já vai em mais de € 9 mil milhões), o que obviamente fez disparar o défice e aumentar o endividamento público.

As dívidas privadas do BPN e do BPP foram assim transformadas em encargos do Estado, através do desvio da parte do salário que os trabalhadores e pensionistas lhe entregam para providenciar educação, saúde e reforma condignas (e não para entregar a bancos).

## Tudo para salvar a banca, nada para salvar os trabalhadores

Estranhamente, a venda do BPN pela bagatela de € 40 milhões de euros ao BIC de Mira Amaral não fez com que deixasse de ser

um sugadouro de dinheiros do Estado – longe disso! A segunda comissão do caso BPN (que obviamente nunca irá apurar responsabilidades nem levar ninguém à justiça) concluiu que “até ao final do ano o encargo para o Estado deverá atingir os 3,5 mil milhões de euros (DN, 4/out.). O DN acrescenta que estes números “valem pelo menos metade do novo esforço (...) pedido aos portugueses” no OE/2013. Dito de outro modo: metade dos cortes em salários, pensões e despesas sociais contidos no OE/2013 são para cobrir os encargos com o BPN em 2012.

Não é a única benesse do governo à banca: no dia 26/outubro, um deputado do PS denunciou a existência de € 7,5 mil milhões de reserva no Banco de Portugal (BP) para acudir aos bancos em caso de nova crise financeira. Este dinheiro corresponde a um valor que é superior ao total dos cortes do OE/2013. Qualquer trabalhador raciocinará que, se o valor que está no BP fosse libertado, não havia necessidade de aumentar os impostos sobre trabalhadores e pensionistas no próximo OE e talvez até, quem sabe, sobrassem “uns trocos” para a economia produtiva, para fazer obras públicas, dar emprego a uns milhares, etc. Em vez disso, as contas não mentem: 3,5 mil milhões de euros para o BPN + 7,5 mil milhões de euros no BP reservados à banca = 11 mil milhões de euros, guardados nos cofres do Estado, não para salvar os trabalhadores da crise, mas sim os banqueiros, responsáveis pela crise!

## A responsabilidade da esquerda

Atualmente, a principal preocupação do sistema financeiro é fazer com que os devedores (famílias, empresas, estados) continuem a pagar juros e tentar recuperar os montantes que emprestou, numa situação em que já percebeu que muitos desses empréstimos são incobráveis. Ele quer retornos imediatos – antes que sobrevenham novas crises, tão ou mais graves

que a de 2007-08.

Não tem mais margem para fazer concessões à classe trabalhadora, só pode espoliá-la e sugar sem parar a sua força de trabalho e destruir as suas conquistas (escola pública, saúde, etc.), na esperança de realizar rapidamente ganhos que injetem no sistema financeiro as compensações por dívidas cada vez mais difíceis de cobrar. Para a burguesia não há outra maneira de recuperar investimento senão extorquindo até ao limite possível a mais-valia produzida pelos trabalhadores – os únicos criadores de riqueza.

No entanto, quanto menos salário houver, menos capacidade há para pagar dívidas, mais empresas fecham, as quais por sua vez deixarão de pagar... e assim a próxima crise será inevitável e certamente mais profunda. É uma contradição do capitalismo, que só um novo sistema económico poderá superar.

Por isso é urgente construir uma alternativa que ponha a economia ao serviço dos trabalhadores, jovens e pensionistas – a maioria social do país – e não dos capitalistas. Os partidos de esquerda têm uma particular responsabilidades na construção dessa via: eles devem unir-se e apresentar-se ao povo como alternativa à rotatividade PS/ PSD/CDS, dizendo que estão dispostos a lutar por todos os meios – nas ruas, em eleições, etc. – por uma economia ao serviço do povo, e não do capital.

Só um governo de esquerda, assente nas organizações dos trabalhadores e da juventude, pode libertar o país das garras do capital financeiro e implementar um verdadeiro plano de salvação da classe trabalhadora.

**Ana Paula Amaral (com colaboração de J.A. Dias)**

Nota:

No Ruptura nº 124 foi publicado um artigo intitulado “Cenários alternativos para viver (melhor) sem o euro”, onde transcrevemos partes dum artigo da revista Rubra nº 13 sem citar a fonte. Pelo facto pedimos desculpa, quer aos responsáveis da Rubra quer aos leitores do nosso jornal. A.P.A. e J.A.D.

# O capital financeiro arruína os povos e a economia

A dívida pública, que serve de justificação para o governo colocar o povo português sob o permanente garrote da austeridade, é ao mesmo tempo uma excelente oportunidade de negócio para investidores financeiros. E os milhões que tanta falta fazem para o relançamento da economia do país a partir dum plano de investimento produtivo e de obras públicas – o que permitiria que o desempre-

go diminísse, que aumentasse o consumo das famílias, etc. – afinal existem, mas estão guardados para eventuais necessidades... da banca! Esta por sua vez não empresta à tal economia produtiva, especula com a dívida do Estado, etc. Os mesmos milhões não podem ser usados para combater a recessão, mas a austeridade só vai piorar a recessão, como até o FMI reconhece... É caso para perguntar: está

tudo doido?

Já Marx dizia que tudo tem uma racionalidade. Por mais que este funcionamento pareça de loucos, existe nele a racionalidade do capitalismo, hoje estritamente ligado às necessidades do capital financeiro. Os governos limitam-se a aplicar os seus ditames.

O capitalismo na sua fase atual caracteriza-se por uma hipertrofia do capital financeiro, o que tem

como consequência a baixa tendencial da taxa de lucro. Para a contrariar, a banca, os fundos de investimento, especuladores, etc., procuram criar as condições para que as massas enormes de capitais que circulam pelo mundo gerem lucros imediatos. Por isso realizam operações especulativas altamente rentáveis, preferem jogar na bolsa a apostar na produção, que tem rentabilidades muito mais morosas, e

colocam os seus capitais (que não podem ficar “ociosos”, crime de lesa-pátria em capitalismo!) em operações de crédito e endividamento altamente arriscadas, como se viu com a crise do subprime em 2007-08 e se adivinha agora com o endividamento recorde dos Estados, de que Portugal é apenas um exemplo. **A.P.A./J.A.D.**

# Luta dos médicos: um acordo pouco explicado e nada debatido

Depois de uma longa maratona negocial, concluída três meses após a greve dos médicos, os sindicatos chegaram a acordo com o governo



Segundo o que está a ser publicado na imprensa, os sindicatos conseguiram um ordenado base para médicos especialistas de cerca de 2700 euros, o que permitirá uma subida de 600 euros de ordenado bruto aos especialistas, que no ano passado só conseguiram contratos a 2100 euros brutos. Conseguiu-se ainda manter o descanso compensatório após as urgências, o que não pode ser visto como uma conquista, mas como a manutenção de um direito.

No entanto, os sindicatos cederam ao governo na questão das horas de urgência, que passaram

de 12 horas semanais a 18. É uma questão nefasta para os médicos, que se veem assim obrigados a mais 6 horas semanais de um turno altamente desgastante, e é uma má notícia para o Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Se os médicos, com 40 horas semanais, passam a estar mais tempo no serviço de urgência, estarão menos tempo nas consultas e em internamento, onde os doentes podem ser vistos com maior qualidade e mais tempo. O SNS não deve ser baseado no serviço de urgências, onde os doentes são vistos para remediar o que é

urgente, e não para um seguimento completo, sempre pelo mesmo médico.

Os sindicatos cederam ainda na questão das horas extraordinárias, que serão pagas a 50%. Dado que estas não podem ser recusadas (até um certo limite), tal decisão fará com que os médicos vejam o seu salário francamente reduzido.

Com o governo PSD/CDS sob a forte pressão de consecutivas manifestações, afogado nos seus próprios escândalos (com Relvas à cabeça) e guerrilhas, o assinar de um acordo com tantas cedências, face a um governo tão frágil parece-nos uma precipitação dos sindicatos que poderá ser fatal. Se toda a gente sabe que o governo está a prazo, era assim tão necessário assinar um acordo que fecha uma luta que podia ser fatal a Passos Coelho e aos seus pares?

## Lacunas democráticas

O acordo tem ainda uma série de lacunas, que levantam várias questões: como ficam os internos, que, não estando ao abrigo das carreiras médicas, não são abrangidos pelo acordo? E quem tem

horários de 35 horas? Há muitos médicos com várias dúvidas e que desconhecem por completo o seu futuro.

Esta foi uma das principais falhas dos sindicatos: além de um acordo que pode, em parte, ser visto como uma derrota, não houve qualquer democracia no assinar do acordo. Durante estes meses, nunca o sindicato convocou plenários de discussão ou promoveu reuniões pelos hospitais e centros de saúde. Salvo algumas intervenções do sindicalista Mário Jorge, da FNAM, via Facebook, nenhuma informação foi dada. E, ainda assim, subsistem dúvidas e confusões.

Na nossa opinião, além das falhas do acordo, que não foram bem recebidas pela base, e que nos parecem cedências em demasia para um governo tão fragilizado, os sindicatos falharam no plano democrático e no da informação. Além de nunca terem procurado auscultar a opinião da base e informar regularmente acerca do que se passava, os sindicatos não comunicam o suficiente com os milhares de médicos que

não sabem como será a sua vida futura.

É tempo de os médicos se unirem e exigirem plenários em que os sindicatos expliquem quem está abrangido pelo acordo e o que mudará, de facto, na vida dos médicos. É preciso que, democraticamente, se decida se os médicos aceitam as condições assinadas ou se querem continuar a lutar. O governo não parará a destruição do SNS e tentará, por todas as vias, destruir as condições de trabalho e as condições de vida dos médicos (além da de todos os trabalhadores do SNS). Para travar os seus planos, é preciso uma mobilização democrática de todos os médicos e que se tenham plataformas de unidade com os outros trabalhadores e com os utentes do SNS.

Plenários em hospitais e centros de saúde para discussão do acordo!

União das lutas dos trabalhadores do SNS!

Por um SNS universal, gratuito e de qualidade!

M.N. (médico)

## Hospital Amadora-Sintra: um exemplo de impunidade e prejuízo público

A história escabrosa das PPPs na saúde e o protagonismo do Grupo Mello. Artigo completo em [www.mas.org.pt](http://www.mas.org.pt)



O Tribunal de Contas (TC) absolveu os 26 ex-responsáveis da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo acusados pelo Ministério Público (MP) de terem pago indevidamente 75,6 milhões de euros ao Grupo Mello, no período entre 1996 e 2001. O Grupo Mello foi a sociedade gestora do hospital Amadora-Sintra até 2009 e o MP exigia-lhe o pagamento de uma indemnização de 60 milhões de euros.

O TC argumenta que, apesar de legítimas, as interpretações que o MP faz dos contratos em causa de nada valem, uma vez que são contrárias às do acórdão de 2003 do Tribunal Arbitral (TA), já transitado em julgado. Este TA, cria-

do durante o governo PSD/CDS de Durão Barroso, quando Luís Filipe Pereira – administrador do Grupo Mello antes e depois da passagem pelo governo – era ministro da Saúde, concluiu que não só o Grupo Mello não tinha de devolver os 75,6 milhões de euros, como tinha ainda 43 milhões a receber. António Cluny, procurador do MP junto do TC, já anunciou recurso desta decisão.

Este processo já se arrasta há nove anos e se refere-se a uma história escabrosa que remonta a 1995.

## Um negócio escandaloso

Em julho de 1995, o então primeiro-ministro Cavaco Silva

assina a minuta do contrato de gestão do Amadora-Sintra. Em outubro do mesmo ano, a ministra da Saúde, Leonor Beza, adjudica a concessão ao Grupo Mello, e o TC valida-a dois dias antes das eleições que o PS viria a ganhar, dando início ao governo de António Guterres.

Os contornos escandalosos desde negócio tornaram-se rapidamente óbvios: logo nesse ano foram pagos 3,75 milhões de euros aos Mello, referentes aos meses de novembro e dezembro de 1995, quando o grupo privado só assegurou a gestão do hospital a partir de 1 de Janeiro de 1996.

O governo PS de Guterres poderia ter contestado desde logo o contrato, mas não o fez. Só seis anos depois, durante o segundo governo Guterres, foi posta em causa, pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), a transferência de dinheiros do Estado para o hospital porque se detetaram pagamentos em duplicado, por erro de contas ou por atendimentos a utentes nunca realizados.

O então ministro da Saúde, Correia de Campos, confesso admirador das Parcerias Público-Privadas (PPP's), demoliu o relatório da IGF, considerando-o infundado e, já durante o governo

Sócrates, renovou o contrato. No período da execução do contrato as irregularidades sucederam-se.

## As PPPs avançam

Em 2001 foram anunciadas dez novas PPP's na área da saúde. Algumas destas envolviam apenas a construção e manutenção dos edifícios, enquanto outras incluíam também a gestão clínica. Para além de ter gasto, só em 2005 e 2006, 858 mil euros em despesas de pessoal nessa entidade, o Estado encomendou estudos e pareceres sobre as PPP's na saúde, a diversas empresas privadas, tendo para isso gasto mais 20 milhões de euros.

Em 2008, Sócrates anunciou o fim da gestão dos Mello no hospital Amadora-Sintra, acusados de faturar e exigir ao Estado o pagamento de exames complementares de diagnóstico e receitas que nunca teriam existido. O processo chegou a ser auditado pelo TC, e o Grupo Mello foi multado, tendo depois interposto recurso. Mas Sócrates, ao mesmo tempo que terminava o contrato de concessão no hospital Amadora-Sintra e reconhecia que as PPP's realizadas para a gestão clínica dos hospitais eram um falhanço, manteve as quatro PPP's entretan-

to em curso e, pasme-se, atribuiu a gestão clínica dos novos hospitais de Braga e de Vila Franca de Xira exatamente ao mesmo grupo privado.

O novo hospital de Braga iniciou o seu funcionamento em 2011, tendo a Escala Braga, empresa do Grupo Mello, assumido a construção e manutenção do novo edifício, bem como a gestão clínica da unidade, durante dez anos. De acordo com as previsões iniciais, o Estado gastará 794 milhões de euros e pagará juros de 12 a 15%.

As estimativas atuais calculam que pagaremos aos grupos privados envolvidos 50 mil milhões de euros devido às inúmeras PPP's realizadas nas diversas áreas: saúde, educação, transportes, etc. Na Saúde por si só representaram uma despesa de 8 mil milhões de euros.

Como bem ilustra o exemplo do hospital Amadora-Sintra, as PPP's são um negócio ruinoso para o Estado e uma renda milionária para os privados e mostram como a má gestão dos dinheiros públicos anda de braço dado com a promiscuidade e a corrupção entre sector público e sector privado.

H.B. (médico)

# Grécia: instabilidade permanente, após seis meses de novo Governo

No dia 18 de outubro, a Grécia assistiu ao terceiro grande momento de contestação popular ao governo Nova Democracia/PASOK/DIMAR (1)



A 26 de setembro, houve uma greve geral (a 19ª desde maio de 2010, quando a troika entrou formalmente no país); a 9 de outubro, houve uma importante manifestação de largas dezenas de milhares de pessoas contra a visita de Merkel a Atenas; a 18, houve uma nova greve geral contra o plano governamental de cortar mais de 13 mil milhões de euros em medidas acrescidas de ataque aos salários ou às funções sociais do Estado.

Alguns invocam já a normalização da semana de seis dias de trabalho ou o fim das atualizações

salariais por subida e antiguidade nas carreiras profissionais. A insensatez do governo grego e dos seus patrões da troika não parece ter fim à vista: mais austeridade, menos direitos, mais decréscimo económico, mais desemprego...

## O governo por um fio, basta um empurrão

A instabilidade permanece e o governo fraquíssimo está por um fio no contexto de uma representação teatral em que até a Nova Democracia diz discordar pontualmente de certas medidas da

troika, o PASOK protesta suavemente com as palavras ocas dos seus líderes e o DIMAR promete não votar algumas das medidas na área da reforma laboral.

Na verdade, acabam todos por se entender para descarregar os custos da crise sobre os trabalhadores e o povo grego em nome da salvação do país, aplicando o essencial da mesma “salvação” que já acarretou uma queda de cerca de 30% do PIB e um quarto de desempregados.

Se nas sondagens eleitorais conhecidas no dia seguinte à greve geral de 18 de outubro, as três forças do governo apenas tinham 38% e o principal partido da oposição, o SYRIZA, estava à frente de todos os partidos com 30,5% (a Nova Democracia recolhia 27%, o PASOK e o DIMAR 5,5% cada; a oposição de direita dos “Independentes Gregos” 7,5%; o KKE 6,5% e os neo-nazis da Aurora Dourada 14%), o cenário nas ruas, nas fábricas e nas empresas ainda é menos favorável aos apoiantes do “memorandum”.

Manifestações importantes em várias cidades (embora não tão grandes como em outubro de 2011 e fevereiro de 2012), movimentações transversais na sociedade (desde os sectores proletários aos pequenos comerciantes e até aos próprios corpos policiais), prossecução de confrontos em Atenas (infelizmente com registo de um morto a 18 de outubro, sem se saber ao certo se resultou do efeito dos gases lacrimogéneos disparados pela polícia), continuação de alguns fenómenos de duplo poder em algumas fábricas e empresas e conflitos laborais duros.

Embora a luta emblemática dos metalúrgicos da Halivornia tenha terminado, há, pelo menos num elenco muito sumário, uma outra

fábrica metalúrgica com cerca de 400 trabalhadores que entrou em autogestão; dois importantes órgãos nacionais da imprensa que continuam igualmente por conta dos trabalhadores; e, no sector da eletricidade, ressurgem ações de controlo para verificar os efeitos do imposto especial sobre a propriedade, que está agregado ao pagamento da luz e que os trabalhadores pretendem eliminar para os pequenos proprietários e aplicar apenas às grandes empresas. Quanto aos conflitos laborais há, por exemplo, os 500 operários navais da Skaramangas, que, cansados de esperar pelos salários em atraso, invadiram o Ministério da Defesa e entraram em choque durante horas com a polícia. Tal é o cenário.

## Os próximos meses: análise e expectativa

Diante deste cenário, o que há a esperar e o que seria desejável para os próximos meses? Queda do governo. Aumento do número de fenómenos de duplo poder e autogestão devido a falências e salários em atraso. Greve geral no próximo dia 14 de novembro para confluir com a greve geral em Portugal ou Espanha e com a ação europeia da CES. Data memorável que tem potencial para marcar o início de uma nova correlação de forças à escala intraeuropeia, apesar de ter à sua frente uma direção internacional reformista e nada interessada em radicalizar os protestos.

Greve geral renovável e decidida democraticamente dia a dia onde tal for possível (na Grécia é possível, caso o SYRIZA tenha essa linha e deixe de andar atrás dos líderes da esquerda sindical do PASOK).

A conformação de uma frente eleitoral de esquerda ou de um

entendimento pós-eleitoral entre o SYRIZA, o KKE e o Antarsya para rasgar o “memorandum”, suspender a dívida e nacionalizar a banca. A ponderação política, agitativa e organizativa do que irá ocorrendo e do que é desejável depende de uma situação concreta em movimento dialético, mas se não passar por tais pontos a instabilidade permanente não se transformará em revolução permanente.

Entretanto, dentro de um espírito de unidade de ação que deve organizar as comunidades imigrantes e pode incluir mesmo o PASOK, o DIMAR e até um ou outro sector menos reacionário da Nova Democracia, torna-se necessário enfrentar politicamente com grandes manifestações de rua os neonazis da Aurora Dourada, cujo programa se resume ao ódio aos imigrantes e ao conluio com as parcelas mais reacionárias do aparelho de Estado e da burguesia nacional.

Se preciso for, empreguem-se mesmo os meios de enfrentamento físico para derrotar a pior ameaça com que a democracia europeia se poderá vir a confrontar desde os tempos do nazi-fascismo. Por enquanto, não é isso que marca a tendência central da situação grega, mas sim: Governo fora já! Abaixo a “troika” e o “memorandum”! Greve Geral renovável e de base para os derrubar! Governo do SYRIZA apoiado no KKE, no Antarsya, nas organizações sindicais e nos movimentos populares.

**João Lopes**

(1) Uma espécie de governo PSD/PP aliado ao Partido Socialista e à área da “esquerda tampão”. A institucionalização e direitização desta “esquerda tampão” no DIMAR apenas conseguiu abranger uma pequena parcela da antiga base social de apoio dos socialistas e não logrou evitar o desvio de boa parte dessa mesma base para a extrema-esquerda do SYRIZA.

# Governo é responsável pelo crescimento dos ataques fascistas



Segundo o jornal *Público* (25/10/2012), apenas nos nove primeiros meses deste ano foram registados 87 ataques contra imigrantes na Grécia, realizados pela extrema-direita e a polícia. Este número seria apenas a ponta do icebergue, porque muitos incidentes não são denunciados. Javed Aslam, líder da comunidade paquistanesa em Atenas, calcula um número bastante maior de vítimas. Nos últimos seis meses teriam sido atacados pelo menos 500 imigrantes, dezenas deles chegando a ser hospitalizados. “Antes, insultavam-nos. Agora chegaram ao ponto de matar

peças”, disse Aslam à *Al-Jazeera*.

O aumento das agressões relaciona-se com o crescimento eleitoral do partido de extrema-direita Aurora Dourada (obteve nas eleições de junho 6,9% dos votos, elegendo 18 deputados) e com a perseguição do governo de direita de Antonio Samaras aos imigrantes. Em agosto deste ano, foram detidos mais de 7 mil imigrantes e presos 1.600 para serem deportados. As pessoas que se manifestam contra os grupos fascistas sofrem represálias da polícia, sendo muitas delas sujeitas a maus-tratos, violência e humilha-

ção depois de terem sido detidas.

A polarização social, como a vivida na Grécia, é geralmente acompanhada pelo crescimento da esquerda, mas também da extrema-direita. É preciso, como referido no artigo principal, chamar à unidade de ação de todos os setores democráticos da sociedade – da esquerda ao PASOK – contra esses grupos fascistas e os seus elementos na polícia; exigir do governo que seja apurada e punida – com prisão, perda de mandato dos deputados e suspensão da legalidade do partido – a sua participação nas agressões contra os imigrantes. **C.P.**

# Obama e Romney, as duas opções do imperialismo

Quando este jornal estiver nas mãos dos seus leitores, já saberemos qual é o novo presidente dos EUA. Mas, seja Obama ou Romney, apesar das diferenças existentes entre os dois, uma coisa é certa: ambos continuarão a atacar a classe trabalhadora norte-americana e os povos do mundo



Barack Obama, o primeiro presidente negro de Estados Unidos, foi eleito em 2008 com uma imagem “esquerdista”, como alguém mais ligado à realidade do povo trabalhador, que traria mudanças na presidência depois dos oito anos tenebrosos de George W. Bush.

Previamente, a campanha eleitoral de Obama havia sido capaz de galvanizar muitos sectores, não só da classe dominante, mas também da classe trabalhadora: desde sindicatos e estudantes universitários até negros e latinos. Ele também foi capaz de recolher mais fundos e recrutar mais militantes para a sua campanha que o seu concorrente republicano (John McCain).

A vitória eleitoral de Obama traduziu nas urnas a raiva e o descontentamento dos americanos com a caótica situação económica e política a que Bush havia conduzido o país, levando-o ao que chamamos “crise do imperialismo americano”, quando, depois do ataque às Torres Gémeas (11/9/2001), mostrou a sua incapacidade de vencer as guerras do Iraque e do Afeganis-

tão, como havia planeado.

No entanto, a realidade mostrou que, nas questões mais estratégicas, Obama mais não é que uma continuação da presidência de Bush, ainda que com uma imagem diferente, mais atrativa e popular.

## Promessas não cumpridas

Toda a sua campanha eleitoral foi baseada na ideia de mudança e fez muitas promessas: terminar as guerras do Afeganistão e Iraque, defender os direitos laborais, reformar o sistema de saúde no sentido de garantir uma cobertura universal, reformar a lei da Imigração acabando com as deportações de trabalhadores ilegais e várias outras.

No entanto, desde que tomou posse, em janeiro de 2009, Obama continuou e intensificou a agenda de guerras imperialistas, ampliou os programas de comércio livre que antes criticara, manteve a desregulação financeira e lançou um conjunto de ataques contra a classe trabalhadora.

Como exemplos deste último ponto, temos os cortes nos serviços

sociais, os ataques aos trabalhadores dos serviços públicos e suas reformas, os cortes na educação pública e renúncia a qualquer limitação à ação predadora dos bancos. Aliás, uma das suas primeiras medidas foi destinar milhões de dólares de dinheiro público aos bancos e às grandes empresas.

A questão é que, por trás das palavras bonitas, Obama e o seu partido Democrata têm interesses de classe a defender. No fundo, Obama utiliza métodos diferentes dos aplicados pelo Partido Republicano para alcançar os mesmos objetivos e impor políticas similares. Obama finge-se de esquerda para girar à direita.

## “Em frente” para continuar os ataques

A reeleição de Obama é uma eventualidade muito provável, embora não esteja assegurada. Goza de vários fatores favoráveis como sejam a falta de popularidade do seu adversário republicano, a simpatia dos meios de comunicação social, o muito dinheiro que arrecadou. O seu slogan de campanha é “em frente”.

Na realidade, o ir em frente e o progresso significam atacar a classe trabalhadora local e continuar com a agenda imperialista de recolonização e exploração das nações coloniais e semicoloniais.

Obama faz propaganda com a vontade dos americanos em não

voltar aos anos de Bush, vistos por muitos como um período de crise económica e diminuição do nível de vida. Por outro lado, alardeia o crescimento do emprego que se verificou durante 28 meses seguidos e o seu suposto êxito em ressuscitar a indústria automóvel, como a General Motors. No entanto, a verdade é que houve apenas uma recuperação momentânea que não é estável. É grande a probabilidade de os EUA caminharem para uma dinâmica de dupla queda (em W) apesar de nos EUA, ao contrário da Europa, esse cenário ainda não se ter concretizado, o que dá alguma margem de manobra a Obama para distorcer, em seu favor, os dados da economia.

## Agenda semelhante

Outro dado que joga a favor de Obama é a orientação muito direitista do partido Republicano e a vulnerabilidade do seu candidato Mitt Romney. Essa vulnerabilidade decorre de vários fatores: a sua religião (é mórmon, uma variante minoritária e impopular do cristianismo), a sua riqueza pessoal (é um multimilionário muito afastado do cidadão comum fustigado pela crise económica), os erros da sua campanha, as suas opiniões muito direitistas sobre temas como o aborto, a imigração, os direitos sindicais e dos homossexuais.

De qualquer forma, os dois candidatos partilham uma agenda se-

melhante e concordam em muitos pontos: política externa, saúde, política de imigração, cortes nos programas sociais e de obras públicas, laços estreitos com o capital financeiro e as empresas.

Tanto Obama como Romney defendem a chamada “doutrina do choque”: aproveitar a crise económica para cortar o que resta do estado social e privatizar os serviços públicos para proporcionar às empresas novas bases para aumentar a taxa de lucro.

Os obstáculos à aplicação dessa doutrina de choque são a sua viabilidade e vantagens em termos de lucro ainda não terem sido demonstradas e a resistência das massas. Essa resistência traduziu-se nas mobilizações no Estado do Wisconsin, no setor da educação pública, no movimento Occupy e outras lutas locais.

No fundo, Obama é um político muito útil para a burguesia com vista a vencer a resistência das massas: é atrativo, conhecedor da imprensa, bom orador, flexível e, aspeto muito importante, consegue, com os seus malabarismos, preservar uma imagem de bom moço, algo que Bush era incapaz de fazer.

**Adaptação do artigo do Correio Internacional de autoria de Juan Díaz y Florence Oppen**

# Nobel da Paz para U.E., pacífica para os poderosos, violenta para o povo

A atribuição do Prémio Nobel da Paz à União Europeia sugere algumas perguntas a que devemos procurar responder: o que é esta União? Para que serve? Que impacto tem tido na realidade portuguesa?



Para além de poder ser encarado como mais um episódio trágico-cómico, desses que os tempos agitados em que vivemos nos têm oferecido em abundância, este Prémio Nobel – mais um para descredibilizar o já por si desmoralizado Prémio Nobel – deve ser encarado com um olhar mais profundo por todos aqueles que têm sido alvo dos ataques da troika, da qual a União Europeia (UE) seja talvez o

principal pilar.

Para justificar o prémio, foi dito que a UE contribui há seis décadas para manter a paz, a reconciliação, a democracia e os direitos humanos. Nada mais falso. Basta lembrarmos que a UE integra a NATO; junto com a NATO, os seus países membros mantêm tropas no Afeganistão e participaram da guerra e ocupação do Iraque; que o presidente da Comissão Europeia, quando primeiro-ministro de Por-

tugal, foi o anfitrião, na Base das Lajes, da reunião com Bush e outros chefes de estado europeus que desencadearia a guerra do Iraque; atualmente, a UE garante, sim, a paz para os mercados financeiros, decretando uma guerra sem tréguas aos povos da UE.

## A UE e Portugal

É importante fazer uma retrospectiva do passado não muito longínquo do nosso país. Desde a entrada para a UE, na altura ainda sob o nome de Comunidade Económica Europeia (CEE), iniciou-se em Portugal um processo que parece não ter ficado claro na memória dos portugueses. Alardeia-se a ideia de que teria começado uma época de crescimento, tentado apagar da memória o desastre que foi a destruição da agricultura e da pesca, dos litros de leite derramados e do tecido industrial dizimado.

Portugal é hoje um país com uma autonomia económica muito reduzida face aos poderosos da

UE. A entrada para a comunidade europeia, mais do que abrir portas ao desenvolvimento da economia e consequentemente ao aumento da qualidade de vida dos trabalhadores e do povo, o que tem provocado é um aumento galopante da sua dependência e da sua exploração.

A promoção dos direitos humanos nunca saiu do papel, nem nos anos subsequentes à entrada para a comunidade europeia, quando milhares de camponeses, pescadores e operários ficaram sem trabalho após o encerramento das suas empresas, fruto da imposição das quotas de produção vindas de Bruxelas, nem hoje, quando a UE, dirigida pela dupla franco-alemã, em Portugal, na Grécia, na Irlanda, exige aos trabalhadores e jovens uma perda de direitos de que não há memória na região fora de tempos de guerra.

## Mas a quem serve esta UE?

Para se obter resposta a esta pergunta basta observar o que diz

Klaus Regling, presidente do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), numa entrevista a um jornal português. “Até hoje, só houve ganhos para os alemães, porque recebemos da Irlanda e de Portugal juros acima dos refinanciamentos que fizemos, e a diferença reverte a favor do orçamento alemão” (JN, 17/7/2011). Na verdade, toda a austeridade imposta pela UE e de que os trabalhadores são e foram vítimas tem o objetivo de resolver a crise dos poderosos bancos europeus, como os alemães e os franceses. Através de imposições orçamentárias, por meio dos limites do défice, cujo incumprimento resulta em punições, ou com a imposição de planos de austeridade para pagamento dos juros de uma dívida externa principalmente detida pelos grandes bancos alemães e franceses, a UE tem funcionado como testa de ferro para estes embates entre o centro e a periferia da Europa, entre os poderosos e os países subalternos. **João Cruz**

# Todos na greve geral de 14 de Novembro!

A convocatória da greve geral para 14 de novembro é uma notícia tão boa quando largamente esperada. Uma greve geral em toda a Península Ibérica é um facto inédito e o mérito corresponde inteiramente à tenacidade da luta operária e popular. Artigo escrito por Corriente Roja, secção da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) no Estado Espanhol.

As massivas mobilizações de 15 de setembro em Portugal, que conseguiram derrubar a medida [trabalhadores passavam a pagar a taxa da Segurança Social (TSU) dos patrões] anunciada pelo governo de Passos Coelho, deram-se completamente à margem da CGTP. No Estado Espanhol, os protestos multitudinários do 19 de julho, a greve geral do País Basco de 26 de setembro e as incontáveis mobilizações e greves exigiram a sua convocação.

Só a negativa da burocracia sindical da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), cujo atual presidente é Ignacio Fernández Toxo [também secretário-geral da central sindical espanhola CCOO/Comissões Operárias], adiou esta necessidade imperiosa e somente a sua covardia explica porque esta mesma convocatória não se estende à Grécia ou Itália.

O endurecimento dos governos da troika, por um lado, e a pressão operária e popular, por outro, explicam a greve geral de 14 de novembro.

## Razões para a greve

Sobram razões para uma greve geral porque estamos a passar de números de crise para números de verdadeira catástrofe social. Os contínuos cortes, reformas e despedimentos começam a mostrar as consequências mais dramáticas.

Ao crescente número de desempregados que caminha para os 6 milhões; às mais de 1,7 milhões de famílias em que ninguém tra-



balha nem recebe qualquer ajuda, como em Jerez de la Frontera; às universidades que não pagam salários, como a Complutense de Madrid; de Comunidades Autónomas que pedem o resgate à beira da falência; às centenas de milhares de trabalhadores cujas empresas de trabalho temporário atrasam até cinco meses o pagamento dos salários; aos imigrantes, privados por decreto de serviço de saúde; às mortes anunciadas como consequência do fecho das urgências; ao aumento em 40% dos suicídios; une-se um dado demolidor: mais de 2,2 milhões de crianças, uma em cada quatro, vivem abaixo do limiar de pobreza no Estado espanhol, segundo o relatório “Infância em Espanha 2012-2013”, feito pela UNICEF. Falamos já de números

de uma autêntica catástrofe social.

## Abaixo os decretos de cortes e a reforma laboral. Não pagamento da dívida

As lutas operárias e em especial a convocação da greve geral de 14 de Novembro devem ter objetivos claros: não queremos mais nenhum corte, mas que se revogue o Real Decreto-Lei de 20/2012 [reduz o subsídio de desemprego e auxílios sociais; aumenta o IVA, etc.] e todos os decretos de cortes. Queremos a revogação da Reforma laboral, essa que supostamente “criaria emprego” e nos conduziu aos 6 milhões de desempregados. Queremos que se deixe de pagar uma dívida que não é nossa e está a ser paga com a fome e a miséria do povo; e que uma auditoria pública

envie para a prisão os banqueiros, ladrões e especuladores.

É para alcançar esses objetivos que queremos a greve geral de 14 de novembro e a sua continuidade. Neste dia, não vamos, como pretende Toxo e Méndez [secretário-geral da UGT], fazer uma greve geral para exigir um referendo sobre as medidas do governo. Os trabalhadores e o povo já se pronunciaram com greves e mobilizações contra essas medidas. No dia 14 de novembro não vamos à greve pedir “diálogo social”, “sem confrontos”, como repetem os dirigentes de CCOO e UGT. Vamos à greve exatamente pelo contrário: para confrontar abertamente este governo e a troika e exigir que se vão embora. Vamos à greve geral para dizer alto e de forma categórica

que aqui o único plano de resgate que faz falta é um plano de resgate dos trabalhadores e do povo.

## Organizar pela base a greve geral

Para os lutadores/as mais firmes do movimento operário e estudantil, para o sindicalismo de classe e alternativo, para o movimento 15M, a Coordinadora 25S e as plataformas populares surgidas no último período, trata-se de organizar a greve geral pela base.

Levar clareza aos companheiros/as com mais dúvidas e consolidar as motivações dos mais decididos, exige dar a batalha desde as assembleias operárias, estudantis e populares, desde as reuniões unitárias de Comités de Empresa ou Junta de pessoal, desde as Coordenadores setoriais que estão a surgir, para que se pronunciem sobre os objetivos desta luta e pela exigência de continuidade a todos os sindicatos.

Trata-se de apresentar em todos esses organismos resoluções que explicitem, preto no branco, que nós vamos à greve geral em 14 de Novembro para exigir a revogação do Real Decreto-Lei de 20/2012 e todos os decretos de cortes; pela revogação da reforma laboral; pela restituição de todo o dinheiro roubado; e pela suspensão do pagamento da dívida e por uma auditoria pública da mesma. E porque queremos que a luta continue até derrubar todas essas medidas, os trabalhadores e o povo derrubarão este governo.

**Corriente Roja**

# O governo de um Estado à beira falência



Enquanto o descontentamento popular avança rapidamente, o governo aprofunda a sua crise e a do regime, ainda que haja ministros, como Luis de Guindos (Economia), que afirmem que é um “muito bom índice” que o PIB “só” caía 0,4% e estejamos diante do

Orçamento [o proposto para 2013] “mais social da história”. Guindos faria bem em seguir o célebre conselho de Marx (Groucho): “É preferível ficar calado e parecer bobo, do que falar e dissipar definitivamente a dúvida”.

Em apenas duas semanas, o governo recebeu dois tremendos golpes. O primeiro do próprio FMI, cujo informe questiona todas as suas previsões, com quedas do PIB que representam o triplo das anunciadas pelo primeiro-ministro, Mariano Rajoy, e o início da “recuperação” adiado para 2018. O Orçamento para 2013 é destruído nas mãos do FMI sem sequer ter passado pelo Parlamento.

O segundo golpe foi dado na última cimeira de chefes de Estado e Governo da União Europeia. A decisão de adiar até 2014 a criação de um sistema de supervisão da banca a cargo do BCE, imposta pela Alemanha, representa um novo ajuste das economias da periferia europeia e em particular da

espanhola. A entrega do governo Rajoy ao controlo do BCE – isto é, ao controlo da banca alemã – não bastou para que estes obtivessem o resgate direto dos bancos, como queria o presidente do governo. Merkel impõe o obrigatório aval do Estado para cada euro fornecido, o que de novo disparará a dívida e exigirá do desacreditado governo Rajoy uma nova onda de reformas e cortes além dos anunciados.

A aposta do PP num balão de oxigénio nas recentes eleições da Galiza e do País Basco não deu certo. A sua maioria absoluta e o acréscimo de três deputados na Galiza não podem ocultar que perdeu 135 mil votos, nem a alta abstenção. Somente o novo fracas-

so do PSOE (que perdeu mais de 200 mil votos) explica este falso triunfo de Núñez Feijóo [presidente do PP na Galiza].

As eleições bascas refletiram não apenas a queda vertiginosa do PSOE e do PP, mas o ascenso das reivindicações nacionalistas. Apesar de ter tido menos votos e deputados, a maioria obtida pelo Partido Nacionalista Basco (PNV), somada ao triunfo eleitoral do EH Bildu (nacionalista de esquerda), dá ao polo nacionalista basco mais de 60% da representação do eleitorado, somando-se assim à onda independentista da Catalunha.

O governo de Rajoy é, em essência, o governo desacreditado de um país à beira da falência.

**C.R.**